

Novo enfoque para as dívidas com eleições na América Latina

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

A mudança de enfoque no tratamento da dívida externa dos países devedores, por parte dos governos credores, ganhou novo impulso diante do calendário eleitoral dos quatro principais endividados latino-americanos. Nos Estados Unidos, a visão do próprio "establishment" — o corpo funcional do estado norte-americano — está hoje permeada pela busca de uma saída para a redução da dívida externa de países como o México, o Brasil, a Argentina e a Venezuela.

A percepção do novo enfoque foi colhida pelo economista Adroaldo Moura da Silva — ex-vice-presidente para operações internacionais do Banco do Brasil (BB) —, que teve participação ativa nas negociações da dívida brasileira, no início deste ano. Ele passou a última quinzena de novembro nos Estados Unidos e voltou com a certeza de que "estamos no limiar de um processo de sérias mudanças no que diz respeito à questão da dívida externa".

Não se sabe, ainda, de que forma viabilizar o abatimento da dívida — e o conseqüente impacto do pagamento de seu serviço — em proveito dos endividados, mas o princípio básico é de que a dívida desses países não vale mais a totalidade dos contratos pelos quais foi contraída.

Os governos credores tra-

balham com a perspectiva de um discurso mais duro por parte dos novos governos dos quatro maiores devedores e procuram adiantar-se. O calendário eleitoral reserva para 1989 as definições sucessórias para dois endividados de peso: Brasil, com eleições em novembro, e Argentina, com eleições em maio. Os jornais norte-americanos têm orientado seus leitores no sentido de que Carlos Saul Meném, candidato do partido peronista, tem largas chances de suceder o presidente Raúl Alfonsín, enquanto para o Brasil, apesar das candidaturas não estarem oficialmente colocadas, a expectativa nos Estados Unidos é de que poderá vencer um nome ligado a compromissos da esquerda.

Além disto, já está definido o nome do novo presidente da Venezuela. Carlos Andres Perez toma posse em fevereiro e já demonstrou que vai perseguir o discurso da negociação em defesa de condições mais favoráveis para o pagamento da dívida venezuelana. O presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, empossado no dia 2 deste mês, conta com o respaldo do presidente eleito George Bush, dos Estados Unidos, e não há dúvidas de que a primeira iniciativa na busca de um tratamento diferenciado para a questão da dívida será desenvolvida com aquele país.

"Nos Estados Unidos, exis-

te a sensação de que o Partido Revolucionário Institucional (PRI) conseguiu eleger, com Salinas, o último presidente de uma série, em uma situação de grave crise econômica e social", Moura da Silva, atestou, indicando que este quadro vem reforçar a mudança de estratégia na condução da dívida.

O novo enfoque mantém a tática do tratamento caso a caso, mas na opinião de Moura da Silva — hoje atuando na corretora Cofinco — é preciso que os governos dos países devedores percebam o clima que cresce junto aos governos credores para poder tirar o melhor proveito da situação. Disso depende, conforme coloca, o sucesso da reunião do chamado "Clube do Rio", que vai reunir na cidade do Rio de Janeiro, neste domingo, os ministros das finanças de sete países latino-americanos.

No caso do Brasil, Moura da Silva não tem dúvidas de que o acordo da dívida externa, assinado em setembro, será renegociado em novas bases, embora acredite que isso só venha a ocorrer de fato a partir da definição do próximo presidente da República. Até lá, é possível que alguns ajustes sejam feitos informalmente, e um deles passa pela operação de "relending" — reempréstimo interno das amortizações externas retidas em

depósito no Banco Central (BC) —, cujo processo de liberação de recursos para o setor privado, aprovado na última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), poderá sofrer alterações.

Do ponto de vista das condições externas, Moura da Silva acha que o Brasil receberá menos impulso de fora em 1989 do que recebeu neste ano, favorecido que foi pelo aumento de preços nos produtos que exporta e pela redução de preços dos produtos que importa. "Nosso saldo comercial deste ano, se fosse medido pelos preços de 1985, ficaria menor que o resultado obtido naquele ano", observou ele, prevenindo para o ano que vem preços mais altos para o petróleo e taxas de juro internacionais também mais elevadas que as observadas neste ano. "O ano que vem poderá não ser pior, mas seguramente não será melhor que 1988", comentou. A análise, portanto, indica que a economia brasileira não deve contar no ano que vem com o mesmo panorama do comércio externo, que impediu uma queda expressiva na evolução do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na última estimativa, prevê taxa próxima de zero para o PIB de 1988.